

A TORTURA DA SOCIALIZAÇÃO E A SOCIALIZAÇÃO DA TORTURA ALGUMAS NOTAS SOBRE CRIME, CRIMINOSO E PUNIÇÃO¹

*Herik Rafael de Oliveira
Kety Valéria Simões Franciscatti*

*Aqueles seis degraus lá fora vão ser como um precipício, mas, enfim, a queda não será grande, o costume de cair endurece o corpo, ter chegado ao chão, só por si, já é um alívio,
Daqui não passarei, é o primeiro pensamento,
e às vezes o último nos casos fatais.*
(Ensaio sobre a cegueira, José Saramago)

INTRODUÇÃO

Em uma cena, já no fim da obra “Ensaio sobre a cegueira”, Saramago (1995) descreve o desespero da multidão de cegos que, ao saberem dos olhos vendados

¹ Uma versão anterior deste texto encontra-se disponível como trabalho completo nos anais do XX Encontro Regional da ABRAPSO Minas do ano de 2016. A elaboração inicial é decorrente do projeto de iniciação científica intitulado “Criminalidade urbana, violência e pobreza na produção em Psicologia: uma análise bibliográfica (1995-2015)” financiado pelo CNPq e vinculado à pesquisa “Conhecimento e emancipação: impasses ético políticos da Psicologia contemporânea” realizada no Laboratório de Pesquisa e Intervenção Psicossocial do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São João del-Rei (LAPIP/DPSIC/UFESJ).

dos santos da igreja onde estavam abrigados, dirigem-se, em pânico, à porta. Eles empurram e pisoteiam uns aos outros, tomados pelo medo. Há, para deixar a igreja, seis degraus, mas a condição da cegueira, agravada pelo terror de descobrirem também cegos aqueles nos quais se depositava a fé, faz dos degraus um precipício. A despeito disso, tantas quedas sofreram, que nem mesmo o precipício à frente os impedem de seguir. O conforto é, findada a queda, atingirem o chão. E embora a dor ao cair seja grande, persiste a esperança de que o chão há de guardar o corpo. No menor dos males, quem cai sobrevive, mesmo machucado. Tal como na tortura, o prêmio por se tolerar a dor é a sobrevivência.

Assumido o risco de extrapolar o sentido da sensível imagem literária e, nisso, perder sua força, é possível pensarmos a partir dela sobre o percurso da humanidade no caminho da barbárie apoiados nas reflexões de Adorno (1967/1995) no ensaio “Educação após Auschwitz”. À propósito de afirmações que, em seu tempo, insistiam que a barbárie estava para acontecer, Adorno afirmou: “Fala-se de iminente recaída na barbárie. Mas ela não é iminente, uma vez que Auschwitz *foi* a recaída [...]” (p. 104; grifo no original). Já vivemos, embora sem a devida consciência, a gravidade da queda: Auschwitz. Mas quando, cegos, fazemos da queda o modo de vida, é difícil reconhecer que seis degraus são, na verdade, um precipício, e que se lançar neles é presságio de morte e mortificação. O número de degraus lembra nossa proximidade com o horror, e, aliás, a distância do chão é também sinal de seu progresso. Nesse sentido, imaginemos, e isso é descrito por Saramago (1995), a agonia dos cegos trôpegos subindo escadas. O alívio sentido ao se atingir o chão e sobreviver, é acompanhado pela obliteração da dor e morte infligida àqueles empurrados e pisoteados na corrida para salvar a nós mesmos, além do esquecimento dos próprios ferimentos adquiridos na queda. Um engodo é ignorar que o acaso, em condições indiferentes à vida, ao colocar nossos pés, fortuitamente, sobre o corpo dos outros, podia também colocar nosso corpo sob os pés deles.

A imagem dos cegos se empurrando e se pisoteando, guiados apenas pela necessidade de preservar a sobrevida perpetuada pela cegueira, é a imagem da humanidade, nossa imagem, na luta pela sobrevivência. Pressionados pela desigualdade na apropriação dos bens culturais, respondendo ao aprisionamento à necessidade de autoconservação estrita, treinados na indiferença e na frieza, seguimos, num individualismo desvairado, destruindo a nós mesmos. Materialmente alienados e subjetivamente tolhidos em nossa sensibilidade, mantemo-nos incapazes de perceber a ameaça comum a todos. Carecemos de identificação. A frieza e a indiferença requeridas pela objetividade social para manter a sobrevida

depõem contra a própria vida, e são os mesmos caracteres subjetivos que deram condições à Auschwitz. Sua origem não está ligada a uma tal monstruosidade incompatível com as disposições humanas, mas sim, elas são engendradas na própria socialização, embora isso não subtraia delas a monstruosidade.

No entanto, a busca pelas determinações sociais e históricas da constituição da subjetividade que instigam, ou reprimem, traços específicos da personalidade ao fornecerem mais, ou menos, abertura e acolhimento a suas manifestações, não é indiferente às variações assumidas por esses traços. No espectro da frieza e da indiferença estão dispostos, em posições distintas, caracteres próprios, embora não exclusivos, do que foi nomeado como *criminoso comum* e como *tipo manipulador*. Segundo Crochík (2010), eles se diferem em graus no que concerne à aptidão a identificar-se. Esses graus atestam o sucesso do *treino na dureza*, ao qual aludem Horkheimer e Adorno (1947/1985a). O criminoso comum dá testemunho da barbárie com sua violência desatinada. O tipo manipulador, por outro lado, é a própria inscrição da barbárie. Assim como os distintos tipos de criminosos são vestígios do progresso da barbárie, também o modo como vêm sendo socialmente organizadas as punições destinadas a eles são registros históricos da sedimentação da cultura. O progresso da sociedade – o sistema racional de organização da cultura e mediação entre ela e os indivíduos – avança em sua irracionalidade ao intensificar seu entrelaçamento com a dominação. A regressão psíquica é imposta como condição para esse avanço da cultura anacrônica, aquém do que materialmente poderia proporcionar. A barbárie objetiva prolonga-se subjetivamente, mas ainda não se fez cumprir na medida exata a liquidação pretendida². Porque não conformou uma humanidade a sua completa imagem e semelhança, continua necessária a ostensiva coerção externa para assegurar a desumanização desde as entranhas. Essa desumanização, tal como considerada aqui, não supõe ingenuamente um estado de verdadeira humanidade já constituída que estaria sob ataque; o fogo da artilharia é apontado para tudo o que ainda ousa mover-se, para qualquer sinal que anuncie e reivindique o nascimento tardio da humanidade.

² A respeito do entendimento sobre barbárie, sublinhamos o que Adorno (1968/1995) argumenta em um debate radiofônico com Hellmut Becker: “Entendo por barbárie algo muito simples, ou seja, que, estando na civilização do mais alto desenvolvimento tecnológico, as pessoas se encontrem atrasadas de um modo peculiarmente disforme em relação a sua própria civilização – e não apenas por terem em sua arrasadora maioria experimentado a formação nos termos correspondentes ao conceito de civilização, mas também por se encontrarem tomadas por uma agressividade primitiva, um ódio primitivo ou, na terminologia culta, um impulso de destruição, que contribui para aumentar ainda mais o perigo de que toda esta civilização venha a explodir, aliás uma tendência imanente que a caracteriza” (p. 155).

Tendo isso em vista, este texto discorre sobre o progresso do princípio da tortura na socialização e sua mútua determinação com subjetividades marcadas pela violência, individualismo, frieza e indiferença – caracteres engendrados em condições de barbárie (desigualdades) e renúncias (sacrifícios) que assumem sua forma mais atual sob a organização social do trabalho no capitalismo. A inscrição desse princípio nas instâncias de mediação expressa o risco à continuidade da cultura, pois, ante o adensamento dessa excruciante rede de socialização, alguns se voltam contra ela. O crime é um dos testemunhos de negação à tortura do trabalho, porém, carente de resistência, sua violência repõe a barbárie. Os tipos de criminosos diferem e isso deixa vestígios dos graus distintos com que irrompe a socialização da tortura. Subjetivamente, o enfraquecimento dos elementos de contradição à tortura da socialização revela a socialização da tortura. Objetivamente, esta se caracteriza pelo avanço dos mecanismos de extermínio como punição ao crime. As reflexões aqui apresentadas apoiam-se, principalmente, em formulações de Theodor W. Adorno, Max Horkheimer e José L. Crochík.

TRABALHO, SOCIALIZAÇÃO E TORTURA

Ao considerar que “[...] cada época produz aqueles caracteres – tipos de distribuição de energia psíquica – de que necessita socialmente”, Adorno (1967/1995, p. 118) assume a subjetividade enquanto decorrência da objetividade social e a presença de interesses do todo que solicitam a adequação da parte. Isso implica – se tratando da sociedade capitalista, cujo o interesse é o progresso autônomo do capital, e não a autonomia e autodeterminação do indivíduo – o declínio da possibilidade de constituição de um espaço interno diferenciado, pois, as instâncias de mediação dispostas entre o todo societário e a parte são submetidas a uma mesma forma predeterminada: à *forma-mercadoria*; cujo princípio de equivalência estabelece a identidade entre aquilo que é qualitativamente distinto. Os assim chamados, por Horkheimer e Adorno (1956/1978a), *macrogrupos*, como as organizações de trabalho, e *microgrupos*, como a família, têm suas dinâmicas fundamentalmente determinadas pelos valores que servem ao “valor em progressão” (CARONE, 1984/1994, p. 27). O alastramento daquela forma a definir os contornos, e o conteúdo, das relações dos âmbitos mais públicos aos mais íntimos, em resposta à necessidade de manutenção do modo de produção, sufoca a possibilidade de o indivíduo constituir-se.

A exigência da organização social do trabalho no capitalismo, que mantém e propaga a submissão ao trabalho convertido em sacrifício, encontra pouca resistência daqueles cujas cicatrizes causadas pelos golpes de violência recebidos,

a datar de sua infância, já forjaram uma verdadeira armadura: insensível, dura e muito mais capaz (HORKHEIMER; ADORNO, 1947/1985a). A indiferença e a frieza, por seu turno, asseguram, quase sem mal-estar à consciência, a dominação de uns sobre os outros e que os poucos detentores dos meios de produção tratem como coisas, prontamente substituíveis, àqueles muitos de quem se expropria a força de trabalho. O individualismo, que está na base da defesa da forma histórica da propriedade privada impregnada de seu caráter imobilista, é um requisito crucial na disputa por assegurar as mínimas condições de subsistência, a qual coloca todos contra todos – dentre e entre proprietários e não proprietários – e embaça a identificação entre os semelhantes, ou mesmo aguça a *identificação com o agressor*, ocupando-se, neste último caso, o lugar circunstancial de quem domina, como uma reação ao jugo violento.

A identificação com o agressor foi descrita por Anna Freud (1936/2006) em seu extenso e criticado rol de mecanismos de defesa do ego. A autora, ao enfatizar essa dinâmica no âmbito de um “[...] estágio de modo nenhum invulgar no desenvolvimento normal do superego [...]” (p. 85) e ao aproximá-la imediatamente de aspectos como criticismo, autocritica e moralidade, perde de vista a própria necessidade de defesa e, principalmente, deixa escapar a premência das constantes de violência e de medo que a acionam, embora elas estivessem explícitas na descrição de seus casos clínicos.

As proposições de A. Freud são a base para a breve discussão do conceito de identificação com o agressor apresentada no “Vocabulário da Psicanálise” de Laplanche e Pontalis (1967/1985). Mendes e França (2012), entretanto, remetem a descrição de tal processo a escritos anteriores de autoria de Sándor Ferenczi. Este, segundo as autoras, compreende que a saída representada pela identificação com o agressor põe em risco o próprio ego pois implica a mimetização daquilo que o ameaça gravemente. Trata-se de um recurso evocado quando outras soluções psicodinâmicas são impossíveis ou ineficazes; porque as condições são de grande fragilidade ou porque as circunstâncias são muito penosas. A rendição é imposta. No entanto, são mobilizados os impulsos sadomasoquistas, pois o ego identificado com seu próprio agente ou situação agressora dirige a agressividade para o exterior e obtém prazer ao agredir (MENDES; FRANÇA, 2012). A crítica movimentada por Adorno (1955/2015) com relação ao ideal de integração das pessoas ao mundo que, em essência, tornou-se avesso a elas – algo que pode ser desdobrado para a crítica do superego como instância interna de uma moralidade que não preza pela dignidade humana –, indica que “Sua integração seria a falsa

reconciliação com o mundo irreconciliado e provavelmente conduziria à ‘identificação com o agressor’, mera máscara da submissão” (p. 101; grifos no original).

Também é como uma máscara, uma máscara petrificada do princípio de individuação, que figura o individualismo. A pujança insinuada por este oculta a profunda dependência da sociedade a qual emprega seu poderio para reduzir cada um a um estado de solidão inofensiva, obtusamente louvado como expressão da mais pura autossuficiência. Horkheimer e Adorno (1956/1978b) indicam o acirramento do antagonismo entre sociedade e indivíduo: se a condição para o cumprimento deste requer a sociedade segundo a medida da justiça e da humanidade, observa-se que ela “[...] desenvolveu um dinamismo social que obriga o indivíduo econômico a lutar implacavelmente por seus interesses de lucro, sem se preocupar com o bem da coletividade” (p. 55).

Sem a frieza e a indiferença como seria possível fazer cumprir a norma da liquidação do outro imposta à existência no mote individualista quando a própria necessidade de dominação já pode ser claramente desmentida? Diante dos avanços alcançados pelo incremento das forças produtivas, manter, ou mesmo tornar ainda mais severos os mandamentos de renúncia, significa exigir uma extrema regressão psíquica para garantir a adesão. Milhares de anos depois, solicitar às pessoas que se comportem como ainda em uma penosa guerra pelo controle do fogo³ comprova o caráter obsoleto disso.

A regressão refletida na degenerescência da psicologia individual é socialmente financiada; para manter-se tal qual é, a ordem deste mundo precisa, às custas da diminuição da potencialidade de autonomia política indivíduo, do “[...] constante recrudescimento da capacidade de realização produtiva” (HORKHEIMER; ADORNO, 1956/1978b, p. 55). Segundo esses autores, também foi o incremento dessa capacidade que liberou a humanidade – embora de maneira desigual, porém, permitindo que a própria desigualdade se apresentasse como uma tarefa a ser enfrentada – para o contato com os meios da diferenciação, ou seja, a arte, a ciência e até mesmo a religião. A diferenciação traz consigo, no entanto, um grave risco para esta ordem: o risco de transcendê-la. Que sejam inventadas profissões incompatíveis com os recursos de transporte e de comunicação disponíveis, trabalhos desqualificados e degradantes, tudo isso deixa entrever a irracionalidade social: a despeito dos avanços das forças produtivas, o imperioso produtivismo da sociedade industrial, as relações de produção permanecem calcificadas enquanto capitalismo tardio, mesmo quando se anuncia com evidência a possibilidade material de sua transformação, e, portanto, da

³ Menção ao filme “Guerra do fogo”, direção de Jean-Jacques Annaud (1981).

realização da própria liberdade⁴. Que sejam demandadas a frieza e a indiferença para evitar a rebelião contra o estado de coisas imperante e para converter-nos em servos obstinados, cumpridores ávidos, do que nos esmaga, isso revela a função social da subjetividade empobrecida.

A funcionalidade de determinados elementos subjetivos para dominação depende, sobretudo, do acionamento do medo, conforme argumenta Adorno (1955/2015). O autor permite questionar certa obviedade com que é encarada a orientação das pessoas pela busca do lucro. Os comportamentos economicamente racionais têm a adesão das pessoas apenas porque a hipótese de sua rejeição não pode ser dita, ensaiada, ou imaginada, sem que se ouça ao fundo o velho crocitar dos corvos:

Quem não se comporta segundo as regras econômicas, hoje em dia raramente naufraga imediatamente, mas no horizonte delinea-se o rebaixamento socioeconômico. Torna-se visível o caminho para o associial, para o criminoso: a recusa de colaborar torna suspeito e expõe à vingança social quem não precisa ainda passar fome e dormir sob as pontes (ADORNO, 1955/2015, p. 77).

O poder repressor exercido pelo medo de não participar da sociedade – e isso implica, por vezes, deixar passar este mundo como o melhor dos mundos – retira sua força também de algo um pouco mais arcaico, a saber, do próprio medo da morte (ADORNO, 1955/2015). Ao manter a vida rebaixada de tal modo que a falta do que é elementar ainda seja experimentada como grande perigo

⁴ Consideramos necessário manter a tensão apresentada por Adorno (1969/1986), no texto “Capitalismo tardio ou sociedade industrial” entre o modo de produção capitalista e a sociedade industrial, ou seja, entre as relações de produção e as forças produtivas, bem como a crítica à sociedade como meio racional que manifesta sua irracionalidade pela inversão meios e fins. Nesse texto, o autor defende a seguinte proposição: “Em categorias da teoria crítico-dialética, em gostaria de propor como primeira, e necessariamente abstrata, resposta que a atual sociedade é, de acordo com o estágio de suas forças produtivas, plenamente, uma sociedade industrial. Por toda parte e para além de todas as fronteiras dos sistemas políticos, o trabalho industrial tornou-se o modelo de sociedade. Evolui para uma totalidade, porque modos de procedimento que se assemelham ao modo industrial necessariamente se expandem, por exigência econômica, também para setores da produção material, para a administração, para a esfera da distribuição e para aquela que se denomina cultura. Por outro lado, a sociedade é capitalismo tardio em suas relações de produção. Os homens seguem sendo o que, segundo a análise de Marx, eles eram por volta do século XIX: apêndices da maquinaria, e não mais apenas literalmente os trabalhadores, que têm de se conformar às características da máquinas a que servem, mas além deles, muito mais, metaforicamente: obrigados até mesmo em suas mais íntimas emoções a se submeterem ao mecanismo social como portadores de papéis, tendo de se modelar sem reservas de acordo com ele. Hoje como antes produz-se visando o lucro” (p. 67-68).

impele-se à aceitação do que não passa de elementar. Deve-se trabalhar muito por pouco porque nada está garantido. A docilidade servil demandada mostra que o exercício da dependência constitutiva da humanidade é feito segundo a métrica da crueldade. Antes mesmo daquele padecimento se consumir, todos que já internalizaram forçadamente as regras se tornam instrutores inflexíveis cujo dever é garantir a participação irrestrita no jogo compulsório com o qual deve-se conformar.

Algo como uma tendência à fixação da história, um empenho em conservar a realidade como ela é e frustrar o movimento em direção ao novo foi discutido no fragmento “Sobre a gênese da burrice” por Horkheimer e Adorno (1947/1985a). Estabelecendo uma relação entre as diferentes espécies animais, as etapas intelectuais do gênero humano e o próprio indivíduo, eles afirmam:

Cada olhar de curiosidade que o animal lança anuncia uma nova forma dos seres vivos que poderia surgir da espécie determinada a que pertence o ser individual. Não é apenas seu caráter determinado que o mantém sob a guarda do seu antigo ser; a força que vem de encontro a esse olhar é uma força que remonta a milhões de anos: foi ela que o fixou desde sempre em sua etapa evolutiva e impede, numa resistência sempre renovada, toda tentativa de ultrapassar essa etapa (p. 239).

Os autores não deixam de considerar que a conservação do antigo ser se desdobra internamente como uma resistência desse próprio ser à transformação, mas eles são claros quanto à anterioridade de uma força que é exterior e se arrasta historicamente contrapondo-se à mudança. Essa força é compreendida como violência objetiva emaranhada à necessidade de dominação. No caso do indivíduo, ela incide sobre o corpo e sua consequência interna é o medo. Sob esse domínio assegura-se a continuidade do que já é. Logro se tratar de uma necessidade, logro também o que se preserva; caricaturas daquilo que poderia ser. Não seria, nesse caso, o próprio medo um problema no sentido de que deveríamos nos livrar dele, e sim, o que é decisivo é a superação da necessidade de dominação que recorre e aciona o medo. A este cabe a elaboração: que ninguém fosse intimidado e detido sob o pretexto de que ao rumar em direção ao horizonte ameaça cair da borda da Terra; é esse o sinal da liberdade. Todavia, os interesses de dominação persistem e, quanto mais aproxima-se das bordas, mais altas são erguidas as muralhas forçando a permanência e perpetuando a ilusão de que há bordas de onde se pode cair.

Pressionada, a vida humana atualiza como norma da convivência a submissão e a destruição das outras espécies e de si mesma. Sensível que é à história e

ao que a paralisa, a convivência assume formas distintas. Aí reside a possibilidade de transformação, mas não é isso, por si só, o que salva. O interesse pela dominação pelo qual as pessoas estão ligadas atesta isso. Trata-se de um elemento sedimentado com fisionomias distintas. Desse modo, a falta de vínculos – à qual, de acordo com Adorno (1967/1995), atribui-se comumente a responsabilidade pelo horror, como foi o caso de Auschwitz – também é falsa, porque o modo como as relações entre as pessoas são estabelecidas já é demarcado pela violência, individualismo, frieza e indiferença. A base da socialização é a tortura. Basta lembrar “[...] o sofrimento que o coletivo inflige inicialmente a todos os indivíduos nele admitidos” (p. 113). Solicita-se a resignação para pertencer à unidade social. Para Adorno (1952/2015), prescreve-se a conformação a “[...] um sistema de cicatrizes, que somente poderiam ser integradas sob o sofrimento, e nunca completamente. Perpetrar essas feridas é propriamente a forma pela qual a sociedade se impõe ao indivíduo [...]” (p. 48).

Adorno (1967/1995) adverte que não se aceita, no entanto, tal submissão sem ser cobrado o devido preço. Ela encontra compensação e ressonância nos traços sádicos reprimidos. Responde-se com a tortura dos outros à tortura tolerada: “Aquele que é duro consigo mesmo se arroga o direito de ser duro também com os demais e se vinga neles da dor que não pode manifestar, que teve que reprimir” (p. 114). Trata-se de se entregar com pouca ou mesmo sem contestações ao que causa dor, deixar-se enredar silenciosamente no sofrimento ocasionado pela tortura da socialização. Esta é uma das sequelas deixadas pelos golpes objetivos de violência que, ao impedir a diferenciação, tornam as pessoas burras, como distinguem Horkheimer e Adorno (1947/1985a): burras, por um lado, “[...] no sentido de uma manifestação de deficiência, da cegueira e da impotência, quando ficam apenas estagnadas” (p. 240); e, por outro, no caso mais grave e sedimentado, burras “[...] no sentido da maldade, da teimosia e do fanatismo quando desenvolvem um câncer em seu interior” (p. 240).

Em ambos sentidos se encontra suprimida a autonomia, mas a burrice da estagnação pode calcificar de tal maneira a resistência à violência que acaba por reforçar a burrice no sentido da maldade, generalizando o cautério e causando aquela espécie de câncer no interior das pessoas a ponto delas não perceberem mais a tortura da socialização. Assim, educando-as para não se queixarem de sua cólera, aprofunda-se a solicitação de seu reverso: que aprendam a ter prazer nela. Aquelas mais tomadas por essa doença de fato aprendem, respondem de modo proficiente ao solicitado. A sintonia fina com o todo irracional prenuncia a socialização da tortura, traduzida, no âmbito subjetivo, pelo enfraquecimento de

elementos internos de contradição à tortura da socialização. No cumprimento do ideal estipulado pelo princípio da barbárie – a toada aprimorada da dominação –, na vingança indiferenciada que a tudo destrói, apenas ressoa um grito abafado contra a tortura. Quando pouco se expressa a dor como sintoma, quando as cicatrizes são integradas a um sistema totalitário, responde-se com maior intensidade à dureza e à eficácia do que à dor; disposição funcional com a tortura e com aquilo que tortura. O que não consegue absorver das marcas dos golpes de violência, tal sistema se empenha em apagar e, nisso, liquidar a possibilidade de reconhecer o que violentou e, talvez mais grave ainda, de reconhecer até mesmo que houve violência. Esse sistema formalizado que esvazia as cicatrizes de seu conteúdo humano, o caráter forjado no ápice da exigência do trabalho convertido em sacrifício e renúncia, coincide com os traços do *tipo manipulador* mencionados por Adorno (1967/1995). No entanto, nem todos sintonizam tão bem sua resposta ao princípio bárbaro do sistema social e econômico, talvez ainda sejam poucos que soam seus caracteres no ritmo obediente e silencioso da morte. Outro tipo, o *criminoso comum*, não suporta calado tais dores. Ele as devolve, também com violência, e protesta, de maneira explosiva, contra a própria civilização. Esse é seu grito. Por meio de seus atos imediatamente destrutivos eles negam essa racionalidade irracional da organização social do trabalho. Porém, tanto a burrice da estagnação quanto a burrice voltada à maldade podem, de diferentes formas, manter preservado algo da capacidade de oposição, contudo, nos dois casos, a violência perpetrada repete a barbárie e reafirma o que precisou negar.

Dessa forma, como nomeiam Horkheimer e Adorno (1947/1985b), apenas “[...] se opor ao progresso inflexível” (p. 212), procurar atalhos para se evitar os sofrimentos ocasionados pelo mundo do trabalho, não é o bastante, “No criminoso, é a negação desprovida da resistência” (p. 212). Essa mera oposição, parece abrigar um elemento de reprodução e, como tal, retribui-se à violência com violência, à dor com dor, à frieza com frieza. Ela mantém entre as ações de todos um jogo de equivalência de tal forma que significa também heteronomia. Por sua vez, para Adorno (1967/1995a), autonomia é “[...] a força para a reflexão, para a autodeterminação, para o não deixar-se levar” (p. 110). Ela se estabelece como resistência emancipando a negação do elemento de repetição. Enquanto, porém, permanece suspensa a possibilidade da autonomia, os esforços devem ser direcionados para desfazer a inconsciência e “[...] dissuadir as pessoas de sair golpeando sem refletir sobre si mesmas” (p. 106). A natureza social e histórica do âmbito psicológico, lembra, todavia, que a conscientização do horror não nos livra dele: “[...] a barbárie subsistirá enquanto perdurarem, no essencial, as condições que produziram aquela recaída” (p. 104).

Ante os obstáculos impostos à superação das condições materiais que engendram e mantém a barbárie, Adorno (1967/1995), ao indicar esse estreitamento da potência para “alterar os pressupostos objetivos, isto é, políticos e sociais” (p. 106), sugere o “giro para o sujeito” (p. 106). Nesse sentido, o conhecimento deveria estar empenhado em compreender o horror também segundo suas implicações psicológicas, sustentando, contudo, o fato disso ser, prioritariamente, um impasse social. Embora as condições materiais sejam bastantes indiferenciadas – estado no qual desigualdades e conflitos sociais são intensificados e, por isso, dificultam a diferenciação – as pessoas ainda não são o nítido reflexo delas, posto que “[...] sob idênticas condições, umas se tornam de um jeito, outras de outro bem diferente” (p. 117). Tal consideração acompanha a concepção de uma Psicologia Crítica que não assume a dicotomia sociedade-indivíduo como uma invariável, naturalizando-a, bem como não concorda com a proposição do último enquanto um prolongamento indistinto da primeira, mas sim, orienta seus esforços na reflexão crítica sobre a cisão que há na realidade e indica a verdade e a falsidade da separação entre sociedade e indivíduo (Adorno, 1955/2015).

Dessa forma, também cabe reportar-se ao já mencionado declínio das possibilidades de diferenciação e à constatação de Adorno (1952/2015) que “A totalidade sedimentada do caráter [...] na verdade é o resultado de uma reificação de experiências reais” (p. 49). O eclipsar das experiências nivela todos sob uma terrível escuridão imposta pelo não acolhimento do frágil movimento feito em direção ao novo; a gênese da burrice data da morte da experiência (HORKHEIMER; ADORNO, 1947/1985a). Seria justamente esse acolhimento que permitiria um eu diferenciado na apropriação da cultura de tal modo que poder-se-ia ir além dela, assegurando, de acordo com Adorno (1959/1966), a *formação cultural*. Contudo, a reificação da experiência, meio ao modo de produção capitalista e no ritmo da sociedade industrial, inaugura, na análise do autor, o sucedâneo do projeto histórico da cultura e de sua subjetivação: como expressão do logro emaranhado à cultura e à formação, em sua etapa monopolista o capitalismo radicaliza a alienação convertendo-as em pseudocultura e pseudoformação. Assim, a dominação marca com sua violência indiscriminada de modo bastante semelhante as pessoas que, por conseguinte, manifestam-se de maneira tipificada. A aptidão que tem a ciência psicológica para abarcar com suas teorias os traços mais elementares do psiquismo humano e classificar as pessoas segundo tipos pela combinação pouco variada deles é o atestado desse malogro fixado no conhecimento. Provavelmente a efetivação daquela potencialidade dispensaria parte das contribuições da Psicologia, incapacitada à, e sem o propósito de, resumir as diferenças humanas em seus amplos conceitos.

Entretanto, negar esse conhecimento não nos impulsiona em direção à diferenciação, muito menos expressa respeito à multiplicidade quando ela mesma não se confirma empiricamente ou está muito aquém do que poderia ser em outro estado das coisas. Com efeito, tal postura é ideológica. Isso não significa, porém, aceitar sem objeções qualquer tipificação proposta, dado que muitas delas são fundamentadas em arranjos de faculdades ou sentimentos sem se buscar seu núcleo social e histórico e a crítica que sua própria existência reclama. As questões subentendidas à constatação e descrição de tais tipos devem ser, portanto, como eles são formados, e isso os aproxima pois alude, em primeiro plano, a sua origem social; e em que se diferenciam, ou seja, a reflexão sobre as singularidades de como foram constituídos. Embora, por exemplo, de modo geral, não faltem motivos em razão dos quais a pressão social faça todos, e qualquer um, arrebitarem-se em uma violência destruidora, nem todos sucumbem desse modo. Ainda há aqueles que a refreiam e outros que a administram.

Não obstante, à medida que a racionalidade do mundo do trabalho entra-se nas instâncias de mediação e sujeita os indivíduos, forçosamente, aos sacrifícios que, de acordo com Horkheimer e Adorno (1956/1978c, p. 41), “[...] eles não estão dispostos a aceitar nem são capazes [...]” – pelo menos não sem onerosos custos à dinâmica psíquica – é reforçada a “fúria contra a civilização. Violenta e irracionalmente, protesta-se contra ela” (ADORNO, 1967/1995, p. 107). É nesse sentido que dentre os modos de oposição ao progresso inflexível, que se nutre do sangue e do suor de todos e avança atentando contra os interesses mais racionais e sensíveis de uma vida humana digna e justa, está o crime (HORKHEIMER; ADORNO, 1947/1985b). Ele é, pois, testemunho da barbárie, mas também inscrição dela. O *criminoso comum* e o *tipo manipulador* são dois dentre os protótipos psíquicos derivados da *socialização total* que, apesar de não resistirem, negam o princípio da tortura na socialização por vias do crime, embora o primeiro o faça desvelando o fracasso de tal princípio, porque cede de pronto quando na tortura, e o segundo seu triunfo, pois segue convencido de que consegue suportá-la.

O caráter manipulador, investigado mais profundamente no estudo sobre a personalidade autoritária realizado por Adorno e outros pesquisadores, mas mencionado por ele no ensaio “Educação após Auschwitz” (ADORNO, 1967/1995), “[...] distingue-se por sua mania organizadora, sua absoluta incapacidade para ter experiências imediatas, um certo tipo de ausência de emoção, de realismo exagerado” (p. 115). Ainda conforme o autor, ele está alheio ao conteúdo de suas ações e responde apenas à vontade de fazer, isso o torna especialmente suscetível

à perpetração de crimes com requintes de crueldade, à sistematização da tortura. Ele estende a tudo e a todos a carência de sentido própria da atividade do trabalho monótono, com o agravamento de não perceber tal carência, pois o sentido foi absorvido pela atividade em si.

Seu pensamento estabelece uma forte afinidade com a racionalidade técnica, ele o emprega a serviço do desenvolvimento tecnológico, mas este, desenvolveu-se – retirou o envolvimento – do que seria seu compromisso, a superação da autoconservação estrita (ADORNO, 1967/1995). Tudo isso, somado ao fato de o caráter manipulador ser “[...] aquele que parece prescindir de identificações” (CROCHÍK, 2010, p. 33) instiga sua aptidão para aprimorar os métodos e instrumentos de tortura, concebê-los de modo mais eficaz e criar meios de destruição em massa. Portanto, sua existência ameaça de maneira aguda a continuidade da civilização, posto que sua vingança se dá por vias do manejo aguçado, e quase sem culpa, da morte. A Adorno (1967/1995) parece, no entanto, ser pouco possível fazer, em termos da Educação, que se revogue a existência desse tipo e, aqui, acrescenta-se, menos ainda no âmbito da Psicologia.

Por outro lado, segundo Adorno (1967/1995), quanto às pessoas que executam, aos criminosos comuns, é possível fazer algo, “[...] pela educação e pelo esclarecimento” (p. 123). Ele se refere àquela conscientização que deve ser a tarefa da Educação como resistência à barbárie. Essas pessoas ainda não tiram prazer da crueldade. Seus crimes contradizem “[...] seus próprios interesses imediatos; são assassinas de si mesmas, no ato de assassinar os outros” (p. 123). São vestígios de reivindicação do acolhimento prometido pela cultura a todos e a cada um, quando a regra da organização dos bens culturais é a desigualdade. Dão testemunho de que, enquanto as condições de existência não estiverem asseguradas para todo singular, todos são vítimas em potencial desse destino. Mas, no desatino, as pessoas voltam-se para os outros, os quais lembram as promessas declinadas no curso da história, a possibilidade de diferenciação não realizada. A violência desferida destrói quem as recordam dos seus mais sinceros desejos negados, destrói quem elas creem, mesmo que nem sempre seja verdade, ter ou poder ser o que lhes foi recusado. A isso Crochík (2010) nomeia “identificações negadas” (p. 32).

Estas estariam mais presentes na mais comum das três formas de criminosos elencadas por Massola (2007) em sua leitura de Horkheimer e Adorno (1947/1985b). Segundo o autor:

A primeira diz respeito àqueles que são doentes e que já estavam doentes antes de serem presos. A segunda diz respeito àqueles que agiram

como qualquer pessoa agiria frente à mesma constelação de motivos. A terceira é um tipo mais cruel e ruim do que a maioria dos homens livres, assemelhando-se aos líderes fascistas (MASSOLA, 2007, p. 135).

A semelhança da última com os líderes fascistas recorda o caráter manipulador. A diferença entre o primeiro tipo, o mais comum, e os que refreiam a violência, indício de algum traço de resistência, é mais sutil do que se imagina. Nesse sentido, vale ressaltar que, para Horkheimer e Adorno (1947/1985b), os primeiros adoecem vítimas de sua constituição e das circunstâncias. Aqui cabe lembrar o quão homogêneas têm se tornado as circunstâncias e a crescente violência com a qual a constituição têm se dado. Esse é o resultado da “[...] pressão do geral dominante sobre todo o particular [...]” (ADORNO, 1967/1995, p. 107). A diferença é fruto do discernimento concedido por um “feliz encadeamento de circunstâncias” (HORKHEIMER; ADORNO, 1947/1985b, p. 211). De certo modo, como em um espectro essa proximidade permite inclusive atenuar aquela divisão entre os tipos de criminosos, afastando o vício de uma diferenciação perene e esquemática destes.

Dessa forma, não parece haver um hiato entre as pessoas com discernimento e os criminosos de todo tipo; nem mesmo dentre os criminosos, a julgar pela tese de Crochík (2010) de que “[...] a partir de certo ponto das identificações negadas, haveria a negação de qualquer identificação” (p. 33), e essa incapacidade para a identificação que poderia traçar uma distinção entre o *assassino de rua*, ou *criminoso comum*, e o *tipo manipulador*. O que diferem uns dos outros é a intensidade com que a barbárie irrompeu neles e sobre eles, o quanto foram entregues à tortura da socialização e o quanto foram, ou não, integrados por ela, naturalizados ou não como agentes da socialização da tortura. Ainda assim, os distintos lugares ocupados no espectro, permitem recordar que somente com discernimento podemos romper com a subserviência frente aos que requisitam nossos traços torturadores e nos opor ao ciclo da tortura; que não somos capazes de suportá-la; e que, se insistirmos nisso, estaremos, ao mesmo tempo, enveredando na trilha deixada por nossas próprias pegadas rumo ao horror.

NA DEGENERESCÊNCIA DO TATO A PUNIÇÃO COMO INDÍCIO DA INDIFERENÇA

A referência ao “Ensaio sobre a cegueira” de José Saramago (1995) nos fez recordar e recuperar a presença de sua obra literária em um trabalho mais antigo (FRANCISCATTI, 2005). Na ocasião, como mediação sensível e racional, a obra movimentada foi “A caverna”. Nesta, Saramago (2000) traz como personagem

principal um oleiro, Cipriano Algor; sobre seu ofício, extensivo no trato com a vida, ele escreve:

Na verdade, são poucos os que sabem da existência de um pequeno cérebro em cada um dos dedos da mão, algures entre a falange, a falanginha e a falangeta. Aquele outro órgão a que chamamos cérebro, esse com que viemos ao mundo, esse que transportamos dentro do crânio e que nos transporta a nós para que o transportemos a ele, nunca conseguiu produzir senão intenções vagas, gerais, difusas, e sobretudo pouco variadas, acerca do que as mãos e os dedos vão fazer. (...) Nota-se que, ao nascermos, os dedos ainda não têm cérebros, vão-nos formando pouco a pouco com o passar do tempo e o auxílio do que os olhos vêem. O auxílio dos olhos é importante, tanto quanto o auxílio daquilo que por eles é visto (p. 82-83).

No contexto apresentado por Saramago (2000) nesta obra, seu personagem, um homem acostumado a pensar com as mãos, vê-se impelido, pelas pressões sociais que extinguem o seu ofício, a alterações em seu cotidiano. Pelas circunstâncias que cercam seu trabalho às portas do forno, ora cego pela escuridão ora cego pela luz, ele diz: “Eu também não alcanço muito longe, mas nasci com uma cabeça que sofre da incurável doença de justamente se preocupar como o que seria ou com o que poderia ter sido” (p. 272). As mudanças que o personagem apresenta são resultados da falta de adequação ao que é exigido e dos laços afetivos que mantém com sua filha Marta, seu cunhado Marçal, o cão Achado e Isaura, uma nova companheira após algum tempo de viuvez. As mudanças esboçam tentativas para não deixar que a vida seja aprisionada em pequenos, instituídos e policiados compartimentos. Em sua variação fajuta esses compartimentos tentam emular o colorido da vida, mas a vida retira suas cores das diferenças; talvez o desbotado da miragem seja reparado por Cipriano porque sua visão aprendeu com o tato que barro e plástico não são os mesmos ao toque, mesmo que com eles sejam moldados os mesmos ídolos. Ele busca algo que restitua o sentido da vida. Sendo um oleiro vai lentamente tateando as pequenas brechas; algumas ilusórias, outras nem tanto. “Por isso o que os dedos sempre souberam fazer de melhor foi precisamente revelar o oculto” (p. 83).

Nas duas obras de Saramago (1995; 2000) as quais recorremos, “Ensaio sobre a cegueira” e “A caverna”, o escritor português testemunha por meio de sua obra literária a degenerescência dos sentidos que, de certa forma, ocorre por excesso de estimulação⁵. Para tratar da degenerescência dos órgãos do sentido

⁵ No aforismo 116, “Ouve só como ele era mau”, Adorno (1951/1993) discorre sobre a delicadeza dos nossos órgãos de contato com o mundo, como estes são deteriorados pela severidade

e da razão Horkheimer e Adorno (1947/1985a) também recorrem à literatura como testemunho do que pôde ser objetivado como símbolo da inteligência, citam o demônio Mefistófeles, personagem de “Fausto”, peça escrita por Goethe (1808/2002), indicando que a antena do caracol simboliza a inteligência, esta seria capaz, com base no tato, de ver e de cheirar. A peça trata de como Mefistófeles, em aposta com deus, desdobra-se para comprar a alma do doutor Fausto, um mortal estudioso, que se sente torturado e desconfortável com a vida que leva.

A obra de Goethe testemunha a cisão entre a vida afetiva (pulsional) e racional, a estupidez do pensamento, a burrice como marcas de mutilação. Essa cisão, a burrice, tem sua base na tortura da socialização que, intensificada no totalitarismo do capitalismo de grandes monopólios, impõe-se também sob a forma da socialização da tortura; na medida que as condições materiais asseveram sua injustiça, observa-se o arrefecimento das contradições expressas pelos sistemas de cicatrizes, exigência fascista que vem se instalando nas pessoas desde o século XX e que se prolonga no século atual. Corrosão de nossa capacidade de coordenar pelo tato os órgãos do sentido na formação do órgão racional, posto que esta formação depende de um estado ético⁶. Estado político e ético que estabeleça segurança e gratificação a todos, que trate a tortura como crime, e crime como barbárie (FRANCISCATTI, 1998) – violência objetiva e desnecessária manifestada no descompasso, atraso, entre o modo como as pessoas vivem e se organizam, o que é socialmente objetivado, e o que é possível de ser realizado por sua própria civilização/cultura, a potencialidade de sua base material.

Entretanto, por sobrevivermos nesse descompasso, Horkheimer e Adorno (1947/1985a) constataam: “A violência sofrida transforma a boa vontade em má” (p. 240). Intimidados pelo princípio bárbaro, respondemos predominantemente às mutilações ocasionadas pelo estado desigual e injusto de nossa organização

dos golpes de mutilação objetivados pela violência desnecessária que persiste na organização social, tanto no plano físico quanto moral. No início do aforismo ele escreve: “Tal como o corpo, o organismo psíquico está ajustado para vivências de uma ordem de grandeza que corresponda a ele. Se o objeto da experiência aumenta demais em proporção com o indivíduo, este a rigor já não o experimenta mais, mas registra-o de modo imediato, mediante o conceito desprovido de intuição, como algo que lhe é exterior, incomensurável, com o qual se relaciona com tanta frieza quanto o choque catastrófico com ele” (p. 157).

⁶ Adorno (1951/1993) no aforismo 127, “Wishful trinking”, indica: “A inteligência é uma categoria moral. A separação entre sentimento e entendimento, que torna possível absolver e beatificar os imbecis, hipostasia a divisão do homem em diferentes funções que se realizou ao longo da história. [...] O que a filosofia deveria buscar na oposição entre sentimento e entendimento é a unidade de ambos: a unidade que é justamente uma unidade moral” (p. 173).

social, por aquilo que não somos capazes de enfrentar e superar, por aquilo que os dedos delicados deixaram de revelar. Assim, enquanto o criminoso é cruelmente visado, o crime permanece como espaço social do princípio de barbárie: mais importante é a determinação objetiva do crime, mais criminosa que os criminosos, os quais são a ela alçados, e que permanece incólume a despeito de toda a destruição que produz. Horkheimer e Adorno (1956/1978c) também afirmam: “A socialização gera o potencial de sua própria destruição, não só na esfera objetiva mas também na subjetiva” (p. 41). Em uma organização social criminosa, os criminosos dão notícia dessa promessa. Neles, encontram-se um pouco mais proeminentes os traços psicológicos requisitados para cumpri-la. Eles encenam vividamente tal destruição. Concretizam-na e, do seu modo sangrento, advertem sobre ela, mas também pagam por isso. Recebem da esfera objetiva a represália energética a seus atos e, nesse caso, o tipo deve ser especificado, é aos criminosos comuns que se reserva a prisão, o extermínio e o linchamento. Seu verdadeiro erro foi corromper a trajetória para o trabalho respondendo à autoconservação, e a justiça será cumprida com mais tortura. Esta é, “[...] na visão de Max Horkheimer, a adaptação dirigida e, em certa medida, acelerada das pessoas à coletividade” (ADORNO, 1967/1995, p. 116).

Na prisão, como afirmam Horkheimer e Adorno (1947/1985b), eles serão forçados a se adaptar ao ritmo do trabalho nos moldes capitalistas “[...] numa terrível pureza” (p. 211). Deverão vestir a couraça do indivíduo burguês mesmo que ela não lhes caiba tão bem e que, por isso, seu corpo seja remodelado a golpes para servir. Recai sobre eles a cobrança para quitar de uma só vez o débito em aberto das parcelas de sofrimento, que foram divididas lá fora entre as instâncias de mediação. Eles o fazem agora amontoados com outros dez nas celas que, em sua origem, foram projetadas para um. Todavia, aqueles autores perceberam, já em seu tempo, uma mudança na organização social das punições, um fortalecimento do Estado totalitário, coexistente à prisão, mas em vias de substituí-la, cuja ação se configurava como o “[...] puro e simples extermínio dos recalcitrantes, certa de seu objetivo político [...]” (p. 213). A realidade obscena que vem sendo confirmada no século XXI.

O extermínio é a contrapartida objetiva da socialização da tortura, manifestação da irracionalidade institucionalizada. Quanto ao linchamento, cabe se perguntar se não é expressão da vingança daqueles que, quase integralmente atados pelas tramas espessas da socialização, voltam-se, com fúria, contra os criminosos que negaram a civilização claustrofóbica. Dessa forma, o que, na morte dos criminosos, é sentido como realização da justiça, não passa de mera

revanche da necessidade reprimida de superar o sofrimento que vê sem suportar, no sutil desvio do crime, uma atenuação do sacrifício solicitado. A irracionalidade do sacrifício é tamanha e o investimento de energia para elidir da consciência a capacidade de sua superação é tal, que, ante o testemunho sangrento do fracasso da cultura, encarceramos o mensageiro do infortúnio de todos para não ouvi-lo; o torturamos para que se adapte mais rapidamente ao mal coletivo; ou o assassinamos brutal e friamente sem notar o progresso do horror produzido por nós.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W. (1959). Teoria de la pseudocultura. *In*: HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. **Sociologica**. Tradução de Víctor Sánchez de Zavala. Madrid: Taurus Ediciones, 1966. p. 223-255.
- Adorno, T. W. (1969). Capitalismo tardio ou sociedade industrial. *In*: COHN, G. (org.). **Theodor W. Adorno**. Tradução de Flávio R. Kothe. (Coleção Grandes Cientistas Sociais). São Paulo: Editora Ática. 1986. p. 62-75.
- ADORNO, T. W. (1951). **Minima moralia**: reflexões a partir da vida danificada. Tradução de Luiz Eduardo Bicca; Revisão da Tradução Guido de Almeida. 2ed. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- ADORNO, T. W. (1967). Educação após Auschwitz. *In*: ADORNO, T. W. **Palavras e sinais**: modelos críticos 2. Tradução de Maria Helena Ruschel. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 104-123.
- ADORNO, T. W. (1968). A educação contra a barbárie. *In*: ADORNO, T. W. **Educação e emancipação**. Tradução de Wolfgang Leo Maar. São Paulo: Paz e Terra. 1995. p. 155-168.
- ADORNO, T. W. (1952). A psicanálise revisada. *In*: ADORNO, T. W. **Ensaios sobre psicologia social e psicanálise**. Tradução de Verlaine Freitas. São Paulo: Editora Unesp, 2015. p. 43-69.
- ADORNO, T. W. (1955). Sobre a relação entre sociologia e psicologia. *In*: ADORNO, T. W. **Ensaios sobre psicologia social e psicanálise**. Tradução de Verlaine Freitas. São Paulo: Editora Unesp, 2015. p. 71-135.
- CARONE, I. (1984). A dialética marxista: uma leitura epistemológica. *In*: LANE, S. T. M.; CODO, W. (org.). **Psicologia social**: o homem em movimento. 13. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994. p. 20-30.

CROCHÍK, J. L. A forma sem conteúdo e o sujeito sem subjetividade. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 31-46, jan./mar. 2010.

FRANCISCATTI, K. V. S. **Violência, preconceito e propriedade**: um estudo sobre a violência a partir da Teoria Crítica da Sociedade. São Paulo: 1998. Dissertação (Mestrado em Psicologia: Psicologia Social) – PUCSP.

FRANCISCATTI, K. V. S. **A maldição da individuação**: reflexões sobre o entrelaçamento prazer – medo e a expressão literária. São Paulo: 2005. Tese (Doutorado em Psicologia: Psicologia Social) – PUCSP.

FREUD, A. (1936). Identificação com o agressor. In: FREUD, A. **O ego e os mecanismos de defesa**. Tradução de Francisco Settineri. São Paulo: Artmed, 2006. p. 81-88.

GOETHE, J. W. (1808). Fausto. In: GOETHE, J. W. **Fausto / Werther**. Tradução de Alberto Maximiliano. São Paulo: Nova Cultural. 2002. p. 7-215.

HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. (1947). Sobre a gênese da burrice. In: HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985a. p. 239-240.

HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. (1947). Fragmento de uma teoria do criminoso. In: HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985b. p. 210-213.

HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. (1956). O grupo. In: HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. (org.). **Temas básicos da sociologia**. 2. ed. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Editora Cultrix, 1978a. p. 61-77.

HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. (1956). Indivíduo. In: HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. (org.). **Temas básicos da sociologia**. 2. ed. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Editora Cultrix, 1978b. p. 45-60.

HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. (1956). Sociedade. In: HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. (org.). **Temas básicos da sociologia**. 2. ed. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Editora Cultrix, 1978c. p. 25-44.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J. B. (1967). Identificação com o agressor. In: **Vocabulário Da Psicanálise**. 8. ed. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, 1985. p. 299-301.

MASSOLA, G. M. Mimese e crime em Adorno e Horkheimer: comentário sobre o “Fragmento de uma teoria do criminoso”. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 12, n. 2, p. 133-139, 2007.

MENDES, A. P. N.; FRANÇA, C. P. Contribuições de Sándor Ferenczi para a compreensão dos efeitos psíquicos da violência sexual. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 17, n. 1, p. 121-130, jan./mar. 2012.

SARAMAGO, J. **Ensaio sobre a cegueira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SARAMAGO, J. **A caverna**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.